

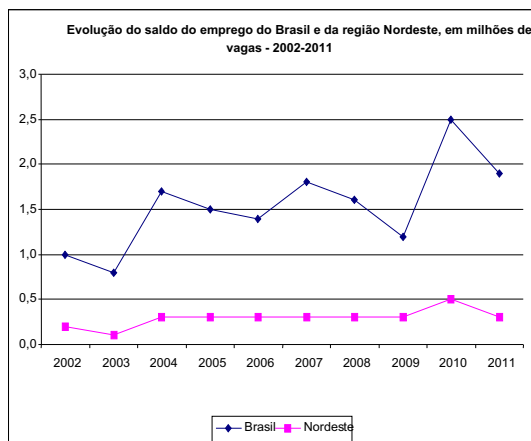
### Emprego formal no Nordeste em 2011

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)<sup>1</sup>, em 2011, o Nordeste registrou a criação de 329.565 empregos celetistas, representando a diferença entre admissões e desligamentos. O dado, apesar de expressivo, revela uma diminuição no ritmo da oferta de vagas quando comparado com os dois anos anteriores. Em 2010, foram criadas 494.245 vagas, e, em 2009, 348.523.

Confrontando-se a situação de 2011 com 2010 e 2009, observa-se em relação ao primeiro ano, um declínio no estoque de emprego de 33,3%, e em relação ao segundo ano, de 5,4%.

Apesar da perda de ritmo, o número de vagas ofertadas, em 2011, assegura à região o terceiro melhor resultado dos últimos anos.

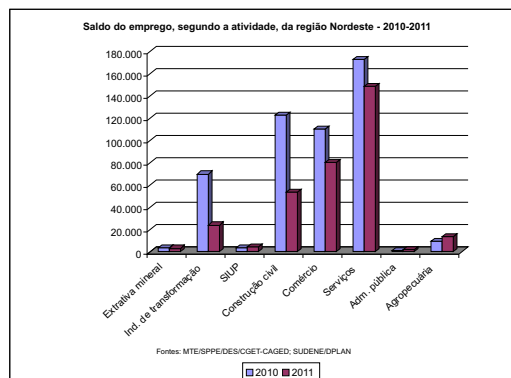
O Brasil, gerou 1.194.460 vagas de emprego, em 2011, e, 2.555.421, em 2010. De acordo com o MTE, os resultados representam o segundo e o primeiro melhores da série histórica do CAGED, respectivamente.



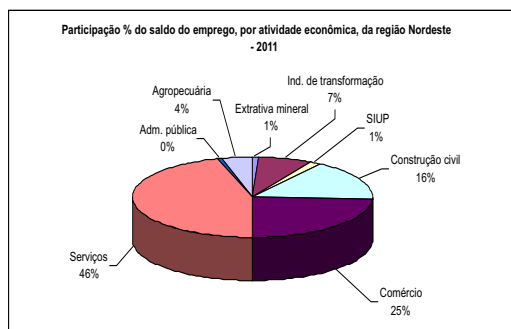
As atividades que mais contribuíram para o desempenho da região, em 2011, em comparação com o ano anterior, foram, pela ordem: a agropecuária,

<sup>1</sup> O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), instituído pela Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965, constitui fonte de informação de âmbito nacional e de periodicidade mensal. Foi criado como instrumento de acompanhamento e de fiscalização do processo de admissão e de dispensa de trabalhadores regidos pela CLT, com o objetivo de assistir os desempregados e de apoiar medidas contra o desemprego.

com crescimento de 44,7%; a administração pública, com 33,4%; e serviços industriais de utilidade pública (SIUP), com 19,6%. A seguir situaram-se a extrativa mineral, com -12,4%; serviços, com -13,9%; comércio, com -27,6%; construção civil, com -56,2%; e indústria de transformação, com -65,8%.



Quanto à oferta de vagas, as atividades posicionaram-se na seguinte ordem: serviços (45,2%), comércio (24,3%), construção civil (16,3%), indústria de transformação (7,3%), agropecuária (4,2%), serviços industriais de utilidade pública - energia, gás e água - (1,3%), extrativa mineral (0,9%) e administração pública (0,5%).

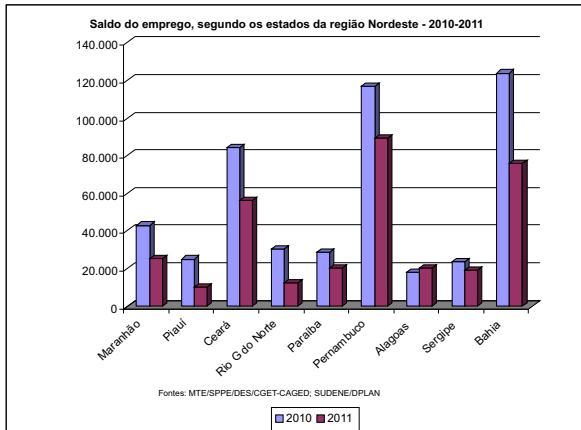


A pesquisa não contempla os empregos públicos estatutários.

Os estados que mais geraram empregos na região foram: Pernambuco, com 89.607 novos postos; Bahia, com 76.041; Ceará, com 56.413; Maranhão, com 25.410; Paraíba, com 20.273; Alagoas, com 20.050; Sergipe, com 19.213; Rio Grande do Norte, com 12.269; e Piauí, com 10.289 novas vagas.

Entretanto, cabe observar que no ano passado, todos os estados nordestinos apresentaram saldos de emprego inferiores a 2010.

O Nordeste, no seu conjunto, teve uma diminuição de 33,3% na criação de novas vagas. Por estado, a melhor posição foi ocupada por Alagoas, que cresceu 12,3%. As demais posições foram as seguintes: Sergipe, -19,2%; Pernambuco, com -23,4%; Paraíba, com -29,5%; Ceará, com -33,3%; Bahia, com -38,7%; Maranhão, com -40,7%; Piauí, com -58,9%; e Rio Grande do Norte, com -59,5%.



O MTE atribui os declínios ao período de entressafra agrícola, término do ciclo escolar, fatores climáticos e esgotamento da bolha de consumo.

O fato de mais de 85% das vagas de emprego estar concentrada nos serviços, comércio e construção civil corrobora os indicadores de demanda que têm apontado para uma tendência consistente de aquecimento nesses setores.

Segundo o MTE, o desempenho positivo dos serviços deveu-se à expansão generalizada em todos os seus ramos: serviços de comércio e administração de imóveis, serviços de alojamento e alimentação, serviços de transportes e comunicações, serviços médicos e odontológicos, ensino e instituições financeiras.

O comércio registrou bons resultados no segmento varejista e atacadista.

O bom comportamento nessas atividades é reflexo das medidas de manutenção da dinâmica da economia adotadas pelo governo, como a facilidade de acesso aos programas de crédito imobiliário e ao programa Minha Casa Minha Vida, à expansão das transferências de renda, ao aumento real do salário mínimo e à redução do desemprego. Dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) revelam um crescimento constante das vendas no varejo, desde 2003. Estas iniciativas causaram uma especial repercussão na região, por concentrar os estratos populacionais que mais se beneficiaram com as medidas de estímulo, em especial as classes C e D.

## Rendimento

Neste segmento foi abordado o comportamento do rendimento, em quantidade de salários mínimos.

O segmento foi dividido em dois grupos. Um referente à quantidade de empregados que auferiram até três salários mínimos, e, o outro, referente à quantidade de empregados que auferiram até cinco salários mínimos.

Os grupos foram definidos em razão de serem representativos da remuneração da grande maioria do emprego formal.

Segundo as agregações, observou-se que no período de janeiro a dezembro de 2011, 95,3% da mão de obra formal do Nordeste auferiu até três salários mínimos e, 98,3%, até cinco salários mínimos. Esses percentuais são inferiores aos de 2010, quando o estrato referente até três salários mínimos representou 95,6% da remuneração, e, o estrato referente até cinco salários mínimos representou 98,4% da remuneração.

As diminuições percentuais representaram quedas de 0,3%, no estrato de até três salários mínimos e, 0,1%, no estrato de até cinco salários mínimos.

Por outro lado, os estratos acima de três e cinco salários mínimos cresceram 5,6% e 5,0%, respectivamente, expressando a mobilidade da mão de obra em direção a outras faixas de maior remuneração.

Por estado, em 2011, as menores concentrações foram observada na Bahia, com 93,8% dos empregados formais auferindo até três salários mínimos e 97,8%, até cinco salários mínimos. E as maiores, no Piauí, com 97,8%, até três salários mínimos e 99,3%, até cinco salários mínimos.

Entre 2010 e 2011, na faixa acima de três salários mínimos, os maiores ganhos relativos foram registrados em Pernambuco (20,3%), Ceará (15,8%), Rio Grande do Norte (10,8%), e Maranhão (6,8%). E o menor no Piauí (-9,2%). Na faixa acima de cinco salários mínimos, os maiores ganhos relativos foram observados em Pernambuco (21,9%), Ceará (13,4%), Rio Grande do Norte (10,3%), Paraíba (8,2%) e Maranhão (6,7%). E os menores no Piauí (-22,9%) e Sergipe (-8,3%).

Entretanto, é oportuno destacar que as variações negativas e positivas refletem os pesos de suas respectivas bases. O peso dos segmentos até três e cinco salários mínimos é maior que o dos segmentos acima desses limites, e, dessa forma, não se pode afirmar que há uma mobilidade consistente e sistemática dos níveis de remuneração. Isso só o tempo dirá.

## Boletim Conjuntural

Publicação da Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas

Coordenação de Gestão da Informação Para o Desenvolvimento

Dilma Vana Rouseff  
Presidente da República

Fernando Bezerra de Souza Coelho  
Ministro da Integração Nacional

Paulo Sérgio de Noronha Fontana  
Superintendente da SUDENE

Guilherme Maia Rebouças  
Diretor de Planejamento e Articulação de Políticas

Equipe Técnica  
Albertina de Souza Leão Pereira (Coordenadora)  
José Luís Alonso da Silva (Responsável)  
Frederico Augusto de Araújo Cavalcanti  
Anita de Cássia Teles Siqueira (Estagiária)

Editoração - DPLAN  
Shirley Dantas Câmara



Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

Ministério da Integração Nacional

